



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 4, DE 25 DE SETEMBRO DE 2019

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO E O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, no art. 59 da Lei n. 13.707, de 14 de agosto de 2018 e na Mensagem nº 435, de 20 de setembro de 2019,

RESOLVEM:

Art. 1º Ficam indisponíveis para empenho e movimentação financeira os valores constantes do Anexo desta Portaria, consignados aos Órgãos do Poder Judiciário da União pela Lei 13.808, de 15 de janeiro de 2019.

Art. 2º Fica revogada a [Portaria Conjunta nº 3, de 29 de julho de 2019](#).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. DIAS TOFFOLI
Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça

Min. ROSA WEBER
Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal

Min. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Min. MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS
Presidente do Superior Tribunal Militar

Des. ROMÃO CÍCERO DE OLIVEIRA
Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da União.

ANEXO

LIMITE INDISPONÍVEL PARA EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA
OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL
R\$ 1,00

	Órgão	Valor
10.000	Supremo Tribunal Federal	88.630
11.000	Superior Tribunal de Justiça	3.740.601
12.000	Justiça Federal	18.749.350
13.000	Justiça Militar da União	436.716
14.000	Justiça Eleitoral	22.986.282
15.000	Justiça do Trabalho	84.281.906
16.000	Justiça do DF e Territórios	1.278.376
17.000	Conselho Nacional de Justiça	4.980.005